

# Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919)

*The political realm of Teodoro Sampaio and Rui Barbosa:  
strategies and alliances made by colored men in Brazil (1880-1919)*

Wlamyra Albuquerque\*

## RESUMO

O artigo busca analisar, com base em episódios protagonizados por Teodoro Sampaio e Rui Barbosa, condições e forma de atuação política de homens de cor, entre 1880 e 1919. A trajetória de Sampaio nos permite perceber como um homem de cor, constituído num dos mais tradicionais redutos escravistas nas Américas, interpretou as relações e a gramática política que o forjaram como sujeito no pós-abolição. Teodoro Sampaio atravessou a década de 1880 buscando arregimentar recursos financeiros e políticos que garantissem a compra da alforria dos seus três irmãos e a consolidação da sua carreira de engenheiro. Já Rui Barbosa, branco, jurista, jornalista e político liberal, viveu o mesmo período empenhado na campanha emancipacionista e na luta abolicionista. Em 1919, Sampaio, já renomado, apoiou a campanha presidencial de Rui Barbosa. Naquele ocasião, o passado escravista e a cidadania da população negra justificaram as

## ABSTRACT

The goal of this text is to analyze the political participation of colored men in Brazil between 1880 and 1919 by describing the experiences of Teodoro Sampaio and Rui Barbosa. Sampaio's trajectory shows us how a colored man raised in one of the most traditional strongholds of slavery in the Americas interpreted the relations and the political grammar that shaped his character in the post-abolition period. Teodoro Sampaio spent the 1880s trying to gather financial and political resources to purchase the manumission of his three brothers and consolidate his career as an engineer, while Rui Barbosa, a jurist, journalist, and liberal politician, was a fervent advocate of the abolition of slavery. In 1919, Sampaio, already a reputable engineer, supported Rui Barbosa's presidential campaign. The previous history of slavery and citizenship of the black population justified both of these men's political viewpoints. The refer-

---

\*Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, BA, Brasil. wlamyra@gmail.com

posições políticas de ambos. As fontes utilizadas são discursos, jornais, correspondência pessoal e inventários.

Palavras-chave: Teodoro Sampaio; Rui Barbosa; emancipacionismo; pós-abolição; cidadania.

ences used in this article include speeches, newspaper cuttings, personal correspondence and inventories.

Keywords: Teodoro Sampaio; Rui Barbosa; emancipation; post-abolition period; citizenship.

Pedidos de generosidade, caridade e proteção preencheram a carta que o engenheiro Teodoro Sampaio (1855-1937) endereçou a Manoel Lopes da Costa Pinto, o visconde de Aramaré, no dia 13 de março de 1882. Primeiro, como se quisesse certificar-se do vocabulário mais apropriado para aquele pedido, o engenheiro rascunhou, escolheu adjetivos, refinou o texto. Depois, como era de praxe, enviou-lhe votos de prosperidade e saúde e só então noticiou ao visconde a sua vontade de cumprir a promessa feita ao seu irmão, Ezequiel, pois:

A promessa de libertá[-lo] tem que ser agora cumprida, apesar das dificuldades com que estou lutando, mormente em começos, como me acho, de arranjos de casa e família. Peça a V. Ex<sup>a</sup> que faça a esse seu escravo um grande benefício, minorando o preço da sua liberdade com aquela generosidade de que V. Ex<sup>a</sup> sempre tem dado provas, principalmente para conosco.<sup>1</sup>

Os “arranjos de casa e família” diziam respeito à sua mudança para a cidade de Alagoinhas, no interior da Bahia, já que fora contratado pelo governo da província como engenheiro técnico para viabilizar o prolongamento da estrada de ferro da Bahia ao São Francisco. Àquela altura, com 27 anos, Teodoro Sampaio já era profissional experiente e bem conceituado. Ele havia concluído o curso de engenharia na Escola Politécnica, em 1876, e 2 anos depois passou a fazer parte da comissão hidráulica, criada pelo Conselheiro Sinimbu com a finalidade de estudar os portos e as possibilidades de navegação no interior do país. Como veremos daqui a poucas páginas, foi como candidato a integrante dessa comissão – formada por vários técnicos norte-americanos – que Teodoro Sampaio diz ter experimentado o que definiu como preconceito social, para ele, algo raro na sociedade brasileira da época.

Já os arranjos de família vieram com o casamento com Capitolina Moreira Maia, uma mulher de cor, no dia 18 de janeiro de 1882, meses antes da mudança para Alagoinhas. Sobre ela sabe-se muito pouco, quando muito



Figura 1 – Teodoro Sampaio e Capitolina, s.d.

Fonte: Pereira, 2012, p.37.

comenta-se sobre os seus distúrbios psiquiátricos; mesmo Teodoro Sampaio não a menciona nos textos autobiográficos.<sup>2</sup>

Além da esposa, ele também tinha em sua companhia a liberta Domingas da Paixão do Carmo, sua mãe, descrita por ele como “preta, mulher de notável beleza da sua raça”.<sup>3</sup> Coube a ela a entrega da carta destinada ao visconde de Aramaré. Mais que mera portadora, a liberta Domingas provavelmente teve papel importante naquela negociação.

Como uma farta historiografia já abordou, a compra de alforria foi, na maioria dos casos, um plano familiar (Slènes, 2011; Reis, 1998). Desse modo, ao intermediar, junto ao seu antigo senhor, a compra da alforria de Ezequiel financiada por Teodoro, a liberta Domingas talvez estivesse tentando recompor fora do cativo vínculo familiares fragilizados pela lógica escravista no engenho Canabrava. Embora não se tenha informações seguras sobre data e circunstâncias da sua alforria, é bem possível que Domingas já fosse liberta

quando Teodoro Sampaio nasceu, em 1855. Ainda não foram encontrados documentos que o cite como forro, mas também é possível que o destaque social por ele alcançado tenha constituído o silêncio sobre um possível nascimento ainda no cativeiro.<sup>4</sup> Os outros filhos de Domingas – Martinho, Ezequiel e Matias – todos mais velhos que o engenheiro, permaneceram cativos até a década de 1880. Sobre o pai, o próprio Teodoro conta ter sido “branco e homem culto de uma família de lavradores” (Pierson, 1971, p.375).

Em 1865 Teodoro Sampaio foi levado pelo padre Manoel Fernandes Lopes, do engenho Canabrava, para o Rio de Janeiro, onde estudou as primeiras letras e cursou o secundário no colégio São Salvador.<sup>5</sup> Ele só retornaria à Bahia e, conseqüentemente, ao convívio familiar em 1878, depois de 13 anos, já formado na segunda turma de engenharia da Escola Politécnica. Tendo escapado do tráfico interprovincial – a principal ameaça para as famílias escravas no Recôncavo Baiano no período –, Domingas teve um dos filhos enviado aos 10 anos de idade para estudar na Corte, e os outros, escravizados nas plantações de cana-de-açúcar do engenho Canabrava até as portas da abolição. Entre 1865, com a partida de Teodoro Sampaio, e 1884, quando Matias foi alforriado, a família de Domingas experimentou estatutos jurídicos e condições de liberdade bastante distintos, bem próprios ao escravismo brasileiro nos Oitocentos.

Na carta ao Visconde, o anúncio dos novos arranjos de casa e família serviu como mote para que Teodoro lhe pedisse que “fizesse a esse escravo [Ezequiel], um grande benefício, minorando o preço da sua liberdade com aquela generosidade de que V. Ex<sup>a</sup> sempre tem dado provas, principalmente para conosco”. Colocando-se à mercê da generosidade daquele senhor de escravos, o engenheiro conceituado reiterava regras de deferência e subserviência, que ainda regiam os negócios da alforria. Ele não só as conhecia como as legitimava. Em “Um engenho de cana-de-açúcar no Recôncavo”, manuscrito não datado, ele desenha a imagem do senhor do Recôncavo Baiano que povoa sua memória, nos seguintes termos:

O senhor de engenho desse tempo não se tinha por bem pensado, se o próprio escravo não se orgulhava do seu senhor ...

Os escravos velhos que bons serviços prestavam, mereciam-lhes referências benévolas, para que o feitor os não maltratassem e nem deixassem de prescrever ou dar-lhes as rações de costume ... A humanidade que, valha a verdade, era a característica do senhor de engenho do Recôncavo de Santo Amaro. O tratamento bárbaro, os castigos aviltantes, não estavam nos costumes da gente culta que foram a maioria dos senhores de engenhos deste Recôncavo.<sup>6</sup>

Mas mesmo nesse cativeiro tão manso e idílico, governado por “gente culta” que despertava nos subordinados o orgulho da subordinação, ainda era preciso negociar a alforria. E, para tanto, não bastava o diálogo pautado no reconhecimento da “humanidade desmedida” dos senhores do Recôncavo, mas também recursos financeiros. Na carta ao visconde, para garantir que dispunha de algum dinheiro para saldar a compra, e sempre evocando a comoção senhorial, o engenheiro afirma que irá “lançar mão para esse fim” de algumas economias, porém isso “não me pesa, porque é despesa que faço com a maior boa vontade do meu coração e estou certo que a providência divina não nos desampará”. E, já considerando o negócio como certo, se compromete a enviar, o mais breve possível, duas apólices ou então o dinheiro em espécie. No encerramento da carta, novas declarações de confiança na “bondade que sempre o caracterizou, na sinceridade do seu coração, que sabe avaliar o que são estas dificuldades” e, por isto, “nos ouvirá e se dignará a responder-nos”.<sup>7</sup>

É tentador considerar que Teodoro Sampaio apenas reproduzia, com sua letra bem grafada sobre papel timbrado, o mecanismo de reiterar subalternidade para alcançar algo que ainda estava sob o controle senhorial, como o era a alforria mesmo na década de 1880. Na interpretação de Ademir dos Santos, o engenheiro “contemporiza, considerando os dois lados dessa relação contraditória” (Santos, 2011). A meu ver, os vínculos que ele mantinha com a família do visconde de Aramaré informam, mais do que contemporizam, o quanto ele lançou mão da “proteção”, “bondade” e “generosidade” daqueles grandes senhores de escravos ao longo da vida, e não apenas na questão da alforria, mas principalmente na afirmação da sua própria liberdade. Desde que saiu do engenho Canabrava, Teodoro Sampaio se embrenhou nas relações constituídas pelos Costa Pinto com a mesma tenacidade com que adentrou os cursos navegáveis do rio São Francisco.

Eul-Soo Pang, num importante estudo sobre a economia açucareira, analisou as redes políticas e os investimentos financeiros da família Costa Pinto, segundo ele, uma das mais poderosas e empreendedoras dentre a aristocracia baiana. Foram eles os fundadores, em 1880, da primeira usina mecanizada de açúcar da Bahia, na freguesia de Bom Jardim (Pang, 1979, p.24). Segundo Pang, Francisco Antonio de Costa Pinto – o conde de Sergimirim –, Antonio da Costa Pinto Junior e Manuel Lopes da Costa Pinto – o visconde de Aramaré – compunham o “patriarcado de modernização agrária do século XIX”.<sup>8</sup> Eles também estavam entre os fundadores do Imperial Instituto Baiano de Agricultura em 1859, quando durante a visita de Pedro II às províncias do norte foi idealizada a Companhia da Estrada de Ferro de Santo Amaro (Pang, 1979, p.35-36).

Com isso, seguindo o argumento de Eul-Soo Pang, os Costa Pinto foram uma espécie de vanguarda modernizadora entre os ricos aristocratas baianos, por vislumbrarem que a organização dos proprietários e a estruturação de um sistema para escoamento da produção eram fundamentais para o incremento das suas fortunas e prestígio político. Já para Robério Souza, o aperfeiçoamento do sistema de transporte também reforçava o sonho das elites agrárias baianas de tornar Salvador o principal centro econômico do Nordeste no período. Havia, portanto, um plano audacioso de prosperidade financeira e domínio político representado pelos Costa Pinto (Souza, 2011, p.9). De fato, a fortuna e o prestígio do visconde de Aramaré, entre as décadas de 1860 e 1880, não foram nada desprezíveis. Em maio de 1859, ele fez registro das terras de dois engenhos na freguesia de Bom Jardim, comarca de Santo Amaro, o Aurora e o Canabrava. Este último, onde Teodoro Sampaio nasceu, possuía então mil cento e tantas tarefas de terras de massapê.

Ele guardou boas memórias da infância no Canabrava e registrou, com flagrante nostalgia, os sinais de riqueza dos Costa Pinto, ao expor uma leitura bem particular da cultura política que enredava a família senhorial, os cativos e seus agregados. Infelizmente, esse texto também não foi datado, mas a atmosfera passadista ali sugerida nos dá a impressão de ter sido escrito depois que a escravidão expirou. Rememorando o tempo do cativo, Teodoro Sampaio nos dá a oportunidade de perceber como um “homem de cor”, constituído num dos mais tradicionais redutos escravistas nas Américas, interpretou as relações e a gramática política que o forjaram como sujeito no pós-abolição. As suas lembranças são enredadas pela rotina senhorial, como se pode ler neste trecho:

Nasci sob os tetos sagrados da capela Canabrava, engenho que então era propriedade do notável agricultor e chefe de importante família dos Costa Pinto do Recôncavo de Santo Amaro. Naqueles tempos, todo senhor de engenho abastado rodeava-se de uma pequena corte ao seu redor. Além dos dias festivos em que a gente da vizinhança afluía mais numerosa a participar dos folguedos e jantares ... as famílias ostentavam o luxo das baixelas de prata, e das ricas toalhas de bordados finos ... Dias em que o gosto, a riqueza, a urbanidade do senhor de engenho tinham de mostrar a sua valia, o viver da família tinha os seus aspectos próprios, característicos por entre a monotonia incontável e invencível da existência no campo.<sup>9</sup>

Aqui nos interessa notar que o empreendedorismo desse “patriarcado modernizador”, formado “por gente culta” e refinada que, segundo Teodoro Sampaio, administrava seus escravos com humanidade e benevolência, se cruzava com as aspirações profissionais do engenheiro. Em 1872, quando o conde de Sergimirim presidia o Imperial Instituto Baiano de Agricultura, foram

encaminhados ao governo provincial os planos para a construção da estrada de ferro que ligaria Bom Jardim à cidade de Santo Amaro. Um dos aliados dos Costa Pinto e principais entusiastas desse projeto era o ministro Cansação de Sinimbu, que, em 1878, havia designado Teodoro Sampaio para fazer parte da comissão hidráulica.<sup>10</sup>

No texto autobiográfico, encomendado por Donald Pierson, Sampaio conta que a sua carreira teve início quando se tornou membro dessa comissão, e que na ocasião vivenciou um “incidente” útil para “explicar um dos casos de preconceito social, hoje bem raros no país”. Tendo sido indicado para o cargo, ele teria sido excluído da nomeação oficial publicada pelo governo porque era “o único homem de cor na luzidia comitiva, e ao espírito do oficial do gabinete do ministro [Sinimbu] o fato pareceu-lhe muito chocante, tanto mais quanto se tratava de pessoal com técnicos americanos, os quais não apreciavam a companhia dos homens de cor. Fui assim eliminado e experimentei o primeiro espinho do preconceito entre nós”.<sup>11</sup>

Teodoro logo esclarece que o caso foi rapidamente solucionado, graças a um senador que deixou o ministro Sinimbu a par do incidente, a tempo de remediá-lo. Ou seja, as alianças políticas que atendiam aos interesses dos Costa Pinto incluíam não só o agenciamento da carreira de Sampaio, como também podiam reverter as consequências do “preconceito social” que o vitimou num momento profissional decisivo. Ele, por sua vez, além de se comprometer fielmente com os planos políticos e econômicos dos seus protetores, recorria à outra estratégia de distinção: exaltar a sua capacidade profissional, afirmando assim a condição de homem livre e honrado. Para ele, assim que integrou a equipe de técnicos americanos, tal “nuvem de preconceito” foi rapidamente dissipada, graças ao valor do seu trabalho, e ele teve “a honra de lhes conquistar a estima e amizade que foram benéficas no correr dos anos e tanto serviram na profissão...”.<sup>12</sup> Assim, a “qualidade” de homem de cor teria sido superada pelos atributos do engenheiro. Teodoro Sampaio não perdia oportunidades para endossar esse argumento. Ao comentar sobre certa ocasião em que precisou apresentar ao Imperador Pedro II croquis, plantas e cálculos sobre a navegabilidade do rio Parapanema, destacou que, mesmo estando ainda com a “indumentária de campo”, o monarca o fez sentar à sua direita e mostrou-se muito interessado pelas informações dadas pelo engenheiro sobre seus estudos de exploração mas também sobre costumes e línguas indígenas. Tamanho interesse fez Teodoro Sampaio concluir que Pedro II foi “o brasileiro mais isento de preconceitos que se conheceu no seu tempo” (Pierson, 1971, p.379).

Já em 1883, um ano depois da transação que resultou na alforria de Ezequiel, e um ano antes da alforria de Matias – o último irmão de Teodoro

Sampaio a deixar o cativeiro –, ele convidou um sobrinho do visconde de Aramaré, João Ferreira de Moura, para apadrinhar seu primogênito, Fructuoso Sampaio. Justificando o convite, Sampaio disse desejar que “V. Ex<sup>a</sup> seja para ele um protetor, como V. Ex<sup>a</sup> tem sido pra mim” (Santos, 2011, p.2). João Ferreira era um dos chefes do Partido Liberal em Santo Amaro, tendo sido vice-presidente da província da Bahia em 1867 e membro do Conselho de Ministros. Por meio dos laços de compadrio, o engenheiro buscava estender ao filho os benefícios materiais, sociais e simbólicos que a proximidade com a poderosa família senhorial, ele bem o sabia, poderia assegurar. Ao convidar João Ferreira para levar à pia batismal o seu primogênito, ele buscava estreitar ou reiterar laços constituídos com a família senhorial.

Além disso, o sucesso profissional e o prestígio do próprio Sampaio pareciam ser relevantes nessa relação. O registro da alforria de Matias, em 1884, nos instiga a esse respeito. Nesse registro, feito de próprio punho, o visconde de Aramaré diz:

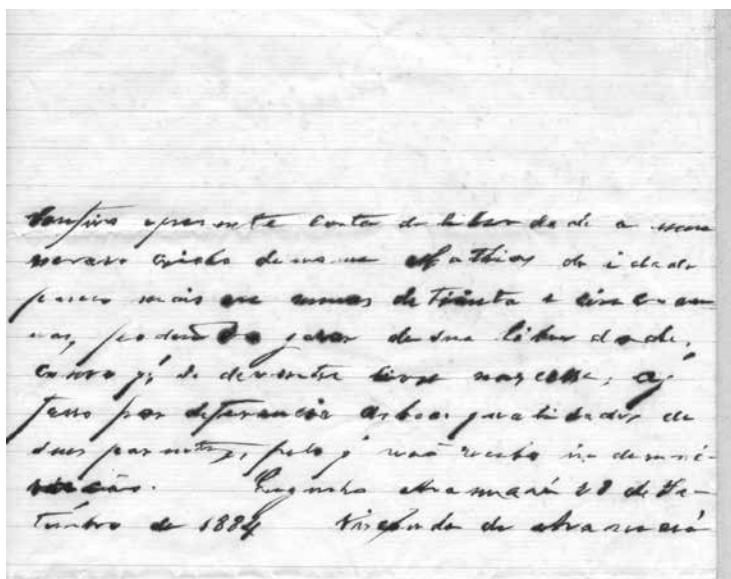


Figura 2 – “apresento carta de liberdade ao meu escravo crioulo de nome Matias pouco mais ou menos de trinta e cinco anos, podendo gozar da sua liberdade como se de ventre livre nacesse, o fasso por deferencia as boas qualidades de seus parentes, pelo que não recebo indenização. Engenho Aramaré, 28 de setembro de 1884.”

Fonte: IGHBa, Acervo Teodoro Sampaio, caixa 5, documento 8.



Vejamos os pormenores deste caso de liberdade.

A alforria do crioulo Matias, sem qualquer custo, foi justificada como deferência às boas qualidades dos seus parentes, o mais ilustre dos quais era, obviamente, Teodoro Sampaio. Talvez, em 1884, o cativo do irmão do engenheiro gerasse constrangimentos, não só a Teodoro mas também à “classe agrícola e comercial” dos grandes proprietários de escravos que o tinha como aliado. Também não podemos esquecer que Domingas, tendo sido escrava de “boa qualidade”, podia estar envolvida nessa negociação, afinal só lhe faltava alforriar Matias para recompor a sua família fora das cercas do engenho Canabrava. Nesse sentido, ela parece ter tido sucesso. Matias, ao morrer no dia 11 de setembro de 1911, morava na mesma casa que Teodoro Sampaio, na rua da Misericórdia, em Salvador.<sup>13</sup>

Mas, naquelas circunstâncias, não bastava a suposta benevolência senhoria, nem as qualidades profissionais de Teodoro, nem a perseverança maternal de Domingas para guiar os desígnios senhoriais dos Costa Pinto. O registro da alforria de Matias ocorreu no dia 28 de setembro de 1884, no aniversário da lei de 1871, contexto bastante peculiar. Em junho de 1884, Manoel Pinto de Souza Dantas, líder do partido liberal na Bahia, passa a comandar o Conselho de Ministros na Corte; já no dia 15 de julho, Rodolfo Dantas, seu filho, apresenta na Câmara de Deputados um projeto para a emancipação de escravos. Este, escrito por Rui Barbosa, instituiu uma polêmica fundamental para a “questão servil”, a ausência de indenização aos proprietários. O principal ponto de dissensão ao projeto estava no artigo que previa emancipação aos escravos com mais de 60 anos sem que os senhores fossem indenizados.

Na análise de Joseli Mendonça (1999, p.30), “desde 1871, talvez, a questão servil não provocara tal acirramento dos ânimos no Parlamento Brasileiro”. A discussão do projeto Dantas na Câmara esquentou o debate político em todo o país, roubando o sono dos senhores de escravos e animando abolicionistas e libertandos. José do Patrocínio escreveu na *Gazeta da Tarde* que, embora ainda fosse cedo para apurar se o projeto era bom mesmo, “registremos com prazer o ódio da oligarquia agrícola contra ele”.<sup>14</sup> Embora insinuasse que desconhecia o projeto escrito por Rui Barbosa, José do Patrocínio calculava que ali havia, sim, benefícios para a causa abolicionista. Ele mesmo contribuiu na sua elaboração.

Numa carta destinada a Rodolfo Dantas, Patrocínio o alerta para certas questões que não poderiam ficar de fora do projeto, como o “reconhecimento do vigor da lei de 1831”; além de se comprometer a enviar livros e discursos com trechos já marcados e “tudo que tiver relação com o assunto, eu lhe

remeterei com a maior satisfação”. Patrocínio avaliava que “o enorme talento” de Rodolfo Dantas unido ao do Conselheiro Rui “poderia dar uma ideia exata de quanta vergonha, quanta humilhação nos tem custado a instituição que nos degrada moralmente e nos empobrece economicamente”.<sup>15</sup>

Naquele ano, no calor do debate parlamentar, a campanha abolicionista ganhava impulso em todo o país, levando a aristocracia açucareira a se posicionar diante da flagrante perda de legitimidade do escravismo (Chalhoub, 2003). Como bem sabemos, o ministério Dantas não sobreviveu à crise política – em 1885, o Imperador o destituiu e convidou o senador José Saraiva para compor e chefiar um novo ministério. Na Bahia, o fracasso da empreitada dos Dantas teve consequências duras nas fileiras liberais. Uma delas foi a derrota de Rui Barbosa na eleição para deputado geral. Naquela ocasião, foi eleito o candidato conservador, Inocêncio Marques de Araújo Góis Júnior, amplamente apoiado pela Liga da Lavoura e Comércio de Santo Amaro, criada justamente em 1884, pela família Costa Pinto.

Jailton Brito, ao inventariar sociedades abolicionistas na Bahia, menciona que os protestos dos senhores de escravos contra o projeto Dantas foram mais contundentes em Santo Amaro, no Recôncavo (Brito, 1997). Para Walter Fraga, em 1884, a principal reação da aristocracia do açúcar aos já visíveis abalos da ordem escravista foi declarar-se emancipacionista mas contrária a “agitações revolucionárias” e, principalmente, ao desrespeito ao direito de propriedade, que o projeto Dantas representava. Promover e noticiar alforrias gratuitas, coletivas e/ou de pessoas que tivessem demonstrado explicitamente obediência e gratidão fazia parte dessa estratégia de controle do processo emancipacionista (Fraga, 2006, p.108-109).

Nesse sentido, ao alforriar gratuitamente o irmão de Teodoro no dia 28 de setembro de 1884, o visconde fazia uma bela propaganda da ação benemérita da classe senhorial, além de reiterar a importância da lei de 1871. O registro da carta de liberdade de Matias expunha a artimanha escravista de conferir mérito, de reconhecer as boas qualidades que faziam jus à liberdade. O que ficava evidente era a compreensão da alforria como algo a ser concedido pelo senhor e a quem ele julgava merecê-la – a quem ele poderia atribuir e/ou reconhecer qualidades capazes de justificar a liberdade. Teodoro Sampaio e Domingas devem ter assistido à entrega da carta de alforria feita pelo visconde de Aramaré a Matias. Ocasão de pompa e circunstância, quando “o senhor de engenho [se tendo] por bem pensado, [esperava] que o próprio escravo não se orgulha[sse] do seu senhor”. Bem, o visconde de Aramaré, como tantos outros

pelo Brasil afora, à medida que a década de 1880 avançava, experimentou os riscos para a sua pretensão política de controlar os mecanismos da alforria, tanto quanto para os seus planos econômicos. Ele faleceu, vítima de derrame cerebral, poucos dias depois da proclamação da República, deixando a família, provisoriamente, em apuros financeiros.<sup>16</sup>

O *Diário da Bahia*, que também fez campanha abolicionista quando foi dirigido por Rui Barbosa, lamentou o falecimento do visconde de Aramaré, exaltando a sua condição de fazendeiro, assim como seus vínculos com a família do conselheiro Dantas, já que a filha do finado havia se casado com João dos Reis de Sousa Dantas Filho, sobrinho do conselheiro.<sup>17</sup> Passados os primeiros meses da República, os herdeiros do visconde de Aramaré trataram de reorganizar seus empreendimentos e trabalhadores do engenho Canabrava. Em agosto de 1890, no palácio do governo provisório da República, chefiado por Manoel Deodoro da Fonseca, foi publicado o decreto n. 623 que concedia “aos bachareis João dos Reis de Souza Dantas Filho e José Pacheco Pereira e ao coronel Aristides Novais garantia de juro de 6% ao ano para o estabelecimento de um engenho central no Estado da Bahia”.<sup>18</sup>

Enquanto isso, Teodoro Sampaio refazia sua vida em São Paulo, vindo a ocupar, entre 1892 e 1903, o importante cargo de diretor e engenheiro-chefe do Saneamento do Estado de São Paulo. O seu regresso à Bahia só aconteceu em 1904, desta vez para assumir as obras de saneamento da cidade. Já em 1906, num texto inacabado, Teodoro Sampaio avaliou os efeitos da abolição na sociedade baiana. Nas suas palavras:

A Bahia hoje é uma sociedade em decadência, é uma sociedade em transição, com um aspecto doentio de um povo de degenerados. Já se foi a Bahia culta de outros tempos.

...

É mister explicar que a abolição desbaratou as fortunas de gente antiga, matando a sociabilidade e o refinamento gerado pela urbanidade.

A decadência da sociedade baiana data da abolição.

O período que se segue é de remodelação, de reforma dos costumes, de reforma do trabalho, de novas exigências da vida para senhores e para ex-escravos; a inaptidão daqueles ... acostumados como estavam de viver às custas do trabalho de outrem; e a incapacidade dos últimos para um regime de liberdade e que com sua ignorância e a própria índole da raça leva a um regime de preguiça e inatividade...<sup>19</sup>

## 1919: A “FACE DO NEGRO” E O “ESTIGMA DA ESCRAVIDÃO”

Como se pode notar, Teodoro Sampaio via o tempo do pós-abolição como o de remodelações e ajustes, até mesmo na índole da “raça” saída do cativo. Para ele, as mudanças econômicas e políticas provocadas pela abolição e pela República dizimaram a sociabilidade e o refinamento de outrora. Mas o engenheiro também nota que todos estão implicados naquele processo que ele interpretava como decadente. Os senhores, mal acostumados a viver às custas de outros; os libertos, incapazes e ignorantes, entregues à preguiça e à inatividade. Nesse sentido, as responsabilidades pela suposta indisposição para o trabalho, a ignorância e a ausência de requinte estavam repartidas entre os principais personagens do drama escravista. Disposto a colaborar para a superação desse “lamentável” estado de coisas, Teodoro Sampaio, como sócio-fundador e orador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBa), avaliou que uma das nossas fraquezas era a degeneração racial, pois “a História ainda não assinalou, nas passadas era, um grande povo que concorresse para o progresso humano, trazendo nas veias o sangue misturado das raças que correm no nosso meio étnico, embora tenhamos condições de evoluir”.<sup>20</sup> Sem dúvida, Teodoro Sampaio, nem no IGHBa nem nos debates político-partidários, estava sozinho nas suas divagações sobre as relações entre as heranças do escravismo, a abolição e a raça na sociedade brasileira (Schwarcz, 1993). Tempos depois, a campanha presidencial de 1919 expôs, em outros termos, a mesma questão.

Estavam na disputa Epitácio Pessoa e Rui Barbosa, que aos 70 anos cumpria uma campanha tumultuada, marcada por manifestações de trabalhadores e até mesmo um atentado contra seus partidários em Salvador, durante um comício no centro da cidade. O jornal *A Tarde*, empenhado na campanha a favor do conselheiro Rui, denunciou que, na tarde de 25 março de 1919, secretas, estivadores e catraieiros foram “enviados” pelo senador J. J. Seabra e o governador Antônio Muniz ao comício em prol da candidatura de Rui Barbosa. Tudo teria sido orquestrado, continuou o periódico, por um secreta da polícia, conhecido como Carestia de Vida, que tinha sob suas ordens “cerca de 300 sicários”. Descrevendo o confronto como ataque bárbaro, o articulista assinou: “depois desta África de valentões ... os senhores Lauro Lopes, Carlos Seabra e mais dois ou três sicários foram de automóvel para o palácio da Aclamação receber os aplausos do governador e brindar com champagne”.<sup>21</sup>

A chegada de Rui Barbosa estava agendada para poucos dias depois desse incidente. Para o candidato, cumprir o roteiro da excursão eleitoral era fundamental para fortalecer as parcas, embora importantes, alianças com líderes

baianos. Contudo, depois do atentado, a viagem era um risco, que ele procurou capitanear como ato de bravura. Numa carta ao deputado Pedro Lago ele esclarece seus planos: “a vinda à Bahia estava duvidosa por causa das dificuldades de vapor e das conferências em Minas, São Paulo e no Rio. Agora, porém, irei de qualquer modo, salvo se Deus não quiser, suprimindo, se for necessário, a conferência do Rio” (Barbosa, [1946], p.66).

Logo que foi confirmada a vinda de Rui Barbosa, seus aliados na Bahia começaram os preparativos. Como membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Teodoro Sampaio se encarregou do discurso de recepção e não deixou escapar um dos motes da campanha do conselheiro: a liderança abolicionista. Foi seguindo esse roteiro que Teodoro Sampaio assim se pronunciou:

Caro Conselheiro,

Na redenção dos escravos combateis pela liberdade dos nascituros contra a pirataria ao redor do berço ... Na abolição em que a memorável campanha abolicionista findou, o direito, o respeito à propriedade nunca vos arrefeceram o entusiasmo pela liberdade, porque ao vosso ânimo esclarecido e apropriado clamava mais alto o direito da dignidade humana. Da face do negro apagaste o estigma do crime multissecular dos homens e dos ombros acurvados do escravo o peso de mais de três séculos de opressão...<sup>22</sup>

Há algumas questões interessantes nesse discurso de Teodoro Sampaio. Uma é a reiteração, ainda em 1919, da lei de 1871. Outra é a menção ao estigma da escravidão. Já afastado do tenso contexto de 1888, o engenheiro parecia rever as suas considerações sobre as consequências da abolição. Deixando de lado a benevolência dos senhores, Sampaio aderiu ao discurso que creditava as grandes mudanças sociais e políticas do final do XIX ao caráter visionário de certo abolicionismo, que Rui Barbosa encarnava. Esse não era um exercício banal naquelas circunstâncias, quando o seu candidato à presidência da República podia ser alvo de “sicários”, “malfeitores” da “África dos valentões”. Ao seu modo, Teodoro Sampaio ajudava a entrelaçar uma memória heroica do abolicionismo com um plano político que buscava, pelo menos, arrefecer a ação dos tais “sicários”, “homens de cor” que teceram, de modos diferentes do dele e com outros senhores de poder e prestígio, seus próprios vínculos e acordos políticos.

A prova de fogo daquela tensa campanha presidencial foi a recepção no porto. Teodoro Sampaio estava entre os convivas do IGHBA, mas não só ele.

Ao desembarcar na Bahia, Rui Barbosa viu a multidão que o aguardava, em “verdadeiro delírio”; houve quem visse “apertadas pela massa popular, senhoras acometidas de crises nervosas” por poder tocar as mãos de Rui Barbosa (Gonçalves, 2000, p.157; Viana Filho, 1987, p.441). Para resguardá-lo, um grupo de rapazes do comércio organizou a Guarda Branca. Eles usavam ternos brancos e chapéus de palha, e portavam na lapela uma medalhinha com a imagem de Rui Barbosa. Coube a eles a vigilância sobre a “massa popular” que se acotovelava na zona portuária, como se pode ver na Figura 3.



Figura 3 – Rui discursa no porto de Salvador.

Fonte: Machado, 1999, p.82.

Segundo Rui Barbosa, a Guarda Branca o “cercou desde o desembarque, exercendo, ao mesmo tempo, tão útil papel na manutenção da ordem entre as grandes multidões que aqui vimos reunidas, sempre animados pelos mais exemplares sentimentos de entusiasmo cívico e apego aos direitos populares”.<sup>23</sup> Uma vez que já comentei a respeito dessa Guarda em outros momentos, cabe aqui apenas assinalar a quanto o grupo pretendia se contrapor aos capangas e secretas, à “África dos valentões”, ao exigir que seus membros fossem todos “dignos” empregados do comércio. Dias depois, num banquete para 250 talheres, o engenheiro Teodoro Sampaio ouviu o principal discurso de Rui Barbosa na campanha de 1919 que, num dos seus trechos mais famosos, diz:

Tive a honra de ser o autor do projeto Dantas, de escrever, em sua sustentação, o parecer das comissões reunidas, de ser, na Câmara dos Deputados, o seu órgão e bandeira, de me ver derrotado por amor dele nas eleições subsequentes, de combater a Lei Saraiva, de reivindicar para a consciência da Nação brasileira o mérito do ato da redenção, de incorrer nas ameaças da célebre guarda negra, de não faltar nunca, nos momentos mais arriscados, com uma devoção, que nunca se desmentiu, e que não quis nem teve jamais, a troca de todos os serviços, outro interesse, ou paga, se não perigos, ódios e vinganças. (Barbosa, 1919, p.368)

Reunindo assim, num único parágrafo, importantes episódios do processo emancipacionista no Brasil, o conselheiro Rui Barbosa se punha à disposição da nação para uma nova causa, a presidência da República. Para tanto, agradecia e elogiava o grande engenheiro Teodoro Sampaio, agora aliado importante, que viveu o desmonte do escravismo e a instauração da República tentando desvencilhar sua família do escravismo enquanto reiterava os seus vínculos com grandes proprietários de escravos e seu trânsito às altas autoridades da Corte, inclusive o Imperador. Ambos eram tratados pelos convivas como os dois mais ilustres baianos da época. No entanto, o emaranhado político e histórico que ligava Rui Barbosa e Teodoro Sampaio no pós-abolição, por certo, foi enredado nas complexas relações sociorraciais e estratégias políticas que constituíram os sujeitos no desmonte de um dos principais redutos do escravismo nas Américas, a Bahia.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BARBOSA, Rui. Campanha presidencial. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*. Rio de Janeiro: s.n., 1919. v.46, p.368.
- BARBOSA, Rui. *Correspondência de Rui*. Seleção e notas de Affonso Ruy. 3.ed. Salvador: Livr. Progresso, [1946]. (Col. de Estudos Brasileiros, série 1ª, 4).
- BRITO, Jailton Lima. *A Abolição na Bahia: uma história política*. Salvador: Ed. UFBA, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis – historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2006.
- GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as ideias no lugar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

- MACHADO, Mário (Org.) *Rui Barbosa – fotobiografia*. Rio de Janeiro: FCRB, 1999.
- MENDONÇA, Joseli. *Entre as mãos e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999.
- PANG, Eul-Soo. *O Engenho Central de Bom Jardim na economia baiana (1875-1891)*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979.
- PEREIRA, Ademir. *Teodoro Sampaio – nos sertões e na cidade*. Salvador: Versal, 2012.
- PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1971.
- REIS, Isabel. *Histórias da vida familiar e afetiva dos escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Ed. UFBA, 1998.
- SANTOS, Ademir Pereira dos. *Theodoro Sampaio: nos sertões e nas cidades*. São Paulo: Versal, 2011.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SLENES, Robert. *Na Senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2011.
- SOUZA, Robério Santos. *Tudo pelo trabalho livre!* Salvador: Ed. UFBA, 2011.
- VIANA FILHO, Luís. *A vida de rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

## NOTAS

<sup>1</sup> Instituto Geográfico e Histórica da Bahia (IGHBa), Acervo Teodoro Sampaio, caixa 9, doc 75, Carta de Teodoro Sampaio ao Visconde de Aramaré, 13 mar. 1882.

<sup>2</sup> Segundo Arnaldo Pimenta da Cunha, ela viveu em estado de demência durante 15 anos num dos quartos da casa de Teodoro, na rua da Misericórdia, no centro da cidade de Salvador. Arnaldo Pimenta da Cunha, *Revista IGHBa*, n.69, p.132.

<sup>3</sup> IGHBa, Acervo Teodoro Sampaio, caixa 6, documento 52.

<sup>4</sup> Os biógrafos de Teodoro Sampaio divergem neste ponto. Humberto de Campos em *Sombras que sofrem* diz que ele “bebeu o leite escravo, na escravidão do peito materno”, já Arnaldo Pimenta da Cunha considera que não existem dados suficientes para assegurar se ele foi ou não alforriado na pia, em *Revista IGHBa*, n.79, p.103.

<sup>5</sup> Para Wanderley Pinho foi a inteligência do pequeno Teodoro o que convenceu o capelão a investir na educação dele. Pois, “quanta manifestação de viva inteligência deve ter havido que encantou o padre que tomou a si educá-lo. O Reverendo capelão logo viu que aquela criança está fadada a altos destinos”. Discurso de Jayme da Gama e Abreu, 17 dez. 1940, *Revista IGHBa*, n.67, 1941, p.170.

<sup>6</sup> IGHBa, “Um engenho de cana de açúcar no Recôncavo de Santo Amaro”, manuscrito, caixa 1, documento 15.



<sup>7</sup> IGHBa, Acervo Teodoro Sampaio, 7-1-1942, caixa 9, carta de Teodoro Sampaio ao Visconde de Aramaré, 13 mar. 1882.

<sup>8</sup> Idem, p.57.

<sup>9</sup> IGHBa, Acervo Teodoro Sampaio, caixa 9, documento 58.

<sup>10</sup> IGHBa. Teodoro Sampaio, carta a Donald Pierson, Acervo Teodoro Sampaio caixa 6, doc 52, Notas autobiográficas, 12 out. 1936.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> IGHBa, Arnaldo Pimenta da Cunha, “Teodoro íntimo”, *Revista IGHBa*, n.69, p.122.

<sup>14</sup> *Gazeta da Tarde*, Salvador, 19 jul. 1884.

<sup>15</sup> Fundação Casa Rui Barbosa, Carta de José do Patrocínio a Rodolfo Dantas, CR 1120/1 (3).

<sup>16</sup> APEB, Seção colonial, Inventário tribunal da Relação, 08/3401/11, 1889.

<sup>17</sup> *Diário da Bahia*, Salvador, 23 nov. 1889.

<sup>18</sup> Site do Senado Federal do Brasil. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral>; Acesso em: 15 jan. 2015.

<sup>19</sup> IGHBa, caixa 5, documento 13, discurso “O aspecto da sociedade baiana em 1906”, 5 abr. 1906.

<sup>20</sup> IGHBa, discurso Teodoro Sampaio, *Revista IGHBa*, n.39, 1913, p.124.

<sup>21</sup> *A Tarde*, Salvador, 26 mar. 1919, grifos nossos.

<sup>22</sup> IGHBa, acervo Teodoro Sampaio, caixa 3, documento 37, Discurso de recepção a Rui Barbosa, 11 abr. 1919.

<sup>23</sup> Rui Barbosa, *Correspondência*, 21 abr. 1919. Afonso Rui nos esclarece que a principal tarefa da Guarda Branca era evitar acidentes e afastar do Senador elementos perturbadores da ordem.